

***Exposição
Afromarcossenses
São João Marcos***

***Pesquisa
Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves
Beiler***

Outubro 2014

Exposição - Afromarcossenses - São João Marcos

Introdução

Na longa viagem da África para o Brasil, o mar era o destino certo para cerca de 30 por cento dos escravos que morriam durante o trajeto. Em porões sujos onde imperava o mau cheiro amontoavam-se homens, mulheres e crianças que agonizavam acorrentados. O poeta baiano Castro Alves traduziu como poucos o horror nessas embarcações:

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!

Fagundes Varela, poeta nascido em São João Marcos, também escreve sobre o escravo numa poesia dedicada ao Sr. Tomaz de Aquino Borges em Contos Meridionais de 1869, do qual extraímos um trecho:

Do augusto condenado as leis são santas,
São leis porém de amor:
Por amor de ti mesmo e dos mais homens
Preciso era o valor...
Não o tiveste! Os ferros e os açoites
Mataram-te a razão!
Dobrado cativo! A teus algozes
Dobrada punição!

Por que nos teus momentos de suplício,
De agonia e de dor,
Não chamaste das terras africanas
O vento assolador?
Ele traria a força e a persistência
À tu'alma sem fé,
Nos rugidos dos tigres de Benguela,
Dos leões de Guiné!...

Em 1432, o navegador português Gil Eanes inicia o tráfico de escravos para Portugal, surgido diante da demanda por braços nas colônias portuguesas.

Assim, são criadas e se expandem companhias comerciais: Cacheu (1675), Cabo Verde e de Negócios de Pretos (1690), Real de Guiné e das Índias (1693), Companhia das Índias Ocidentais (1636), e no Brasil a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1649).

No Brasil, pelo Cais do Valongo, construído em 1811 pelo Marquês de Lavradio, no centro do Rio de Janeiro passaram cerca de 1 milhão de africanos, segundo historiadores, vindos do Congo e de Angola. Com a chegada da futura esposa de D. Pedro II, ele foi aterrado e escondido com vistas a receber a princesa das Duas Sícílias Tereza Cristina de Bourbon em 1843. Com as leis e acordos, a partir de 1831, entre Inglaterra e Brasil, o comércio de carne humana foi desativado e apesar da fiscalização o tráfico cresceu, mudou de área, sendo transferido para locais mais distantes como a região de Mangaratiba, Angra dos Reis e Cabo Frio.

Na reforma avassaladora do prefeito Pereira Passos que queria transformar o Rio numa Paris dos Trópicos, o antigo cais negreiro do Valongo, e posteriormente da Imperatriz, desapareceu debaixo de aterros. Descoberto recentemente em 2011 com as obras de reurbanização do Porto Maravilha, o sítio arqueológico foi resgatado e preservado.

Chegada dos Escravos

Estamos em 16 de janeiro de 1848. O Correio Mercantil anuncia que às 4 horas da tarde, no estaleiro da praia da Saúde, número 24, será lançado ao mar, o brigue nacional Maria Izabel, construído por José Francisco de Castro, de propriedade do comendador Joaquim Breves. A embarcação com 230 toneladas tinha como mestre o marinheiro João Dias Cardoso e 14 tripulantes.

Os irmãos Breves, José e Joaquim, mantiveram durante pelo menos 40 anos a atividade náutica em função da atividade do comércio de café, tráfico de escravos, e transporte de passageiros. Para este fim, se associaram e financiaram parentes e prepostos, e constituíram uma formidável frota naval com base nas baías de Sepetiba, Angra, Paraty e Guanabara: os vapores Pirahy, Marambaia e Emiliana; os Brigues Destro e Maria Izabel, e outras embarcações arrendadas de terceiros como a sumaca União Feliz, a Escuna Flor dos Mares, Januária, Leopoldina e Triunfo da Inveja, fizeram triplicar sua fortuna.

O uso de nomes de algumas donzelas do Paço Imperial, em barcos negreiros, valeu aos irmãos Breves uma reprimenda do Imperador Pedro II. Usar em negócio tão sujo o nome de moças de fino trato não era adequado.

Brigues e escunas eram barcos rápidos com dois ou três mastros à vela. Os vapores com cerca de 40 metros, possuíam grandes chaminés, casco de madeira e propulsão que acionava as pás de rodas. Sumacas e patachos eram pequenos barcos à vela com dois mastros, usados em cabotagem. A partir de 1855, o vapor Marambaia, de 66 toneladas, foi a embarcação que navegou mais tempo nas águas da baía de Sepetiba. Pertenceu ao "rei do café" e foi durante longo tempo administrado por seu filho José Frazão de Souza Breves. O vapor Pirahy pertenceu ao barão de Pirai, José Gonçalves de Moraes, sogro do comendador Breves. Em sociedade com um genro, da família Oliveira Roxo, a embarcação de 109 toneladas fazia a rota Rio, Mangaratiba, Angra dos Reis e Santos. As passagens podiam ser compradas na Rua de São Bento no. 7, no Centro do Rio. Foi muito utilizado por passageiros com destino a São Paulo e levava também café e gêneros alimentícios.

Todo esse aparato naval se justificava pela aquisição da mão de obra escrava que trabalhava nas fazendas da serra fluminense. Em fevereiro de 1856, o comendador Joaquim Breves fez constar no Livro de Registro de Terras da Paróquia de Itacuruçá:

Declaro que sou proprietário da Ilha da Marambaia, cujos terrenos são cultivados, compreendendo seus limites a restinga, e o mangue da Guaratiba até a divisa do canal, dividindo por outro lado com terras do convento do Carmo, e com Joaquim Luis Rangel. Também são assessorias à mesma Ilha as três pequenas ilhas fronteiras denominadas Saracura, Bernarda e Papagaio.

Esta aquisição foi importante para o avanço do tráfico ilegal de escravos, pois o pontal da Restinga da Marambaia que se alonga por 45 km mar adentro era um refúgio seguro para que a frota dos Breves e seus parentes pudessem buscar a carga preciosa. Fugindo dos navios ingleses em barcos mais rápidos movidos a vapor e roda, como o Marambaia, a carga chegava facilmente à costa de Mangaratiba. Por caminhos sinuosos os negros subiam a serra em direção às fazendas produtoras, não antes de passar por um período de quarentena, com comida farta, roupas, direito à cachaça, e fricção com casca de coco para retirar as doenças de pele. Pelo menos 4 mil escravos foram desembarcados no Pontal da Marambaia ou próximo dele. As fazendas de Santo Antônio da Olaria, São Joaquim da Grama, Piloto, Salto Pequeno, e muitas outras na região de São João Marcos eram o destino dos negros.

A forte repressão da marinha inglesa a partir de 1831 mudaram significativamente as estratégias de comércio negreiro, deslocando-se de Luanda e portos da região Centro-Sul, para locais afastados como o norte de Angola e ilhas da África Oriental. Portos de Moçambique, Inhambane e Quelimane cresceram significativamente nesse sentido.

Entre a década de 1830 e o início dos anos de 1850, as propriedades litorâneas dos Breves passaram a suprir a desarticulação do mercado do Valongo, e das demais estruturas de recepção dos negreiros que aconravam na margem brasileira do Atlântico (CAMPOS, Thiago)

Em 1851 foram apreendidos 940 africanos ilegalmente trazidos para o Brasil e desembarcados na Marambaia. Numa dessas apreensões, em 2 de fevereiro de 1851, o delegado de polícia da Corte, Bernardo Azambuja, apreendeu 199 africanos na restinga que estavam escondidos por um escravo ladino pertencente a Joaquim Breves.

Entre 1837 e 1852 foram confirmados 11 desembarques nas propriedades dos Breves, totalizando 4.388 africanos desembarcados, oficialmente apurados.

Ano	Embarcação	Bandeira	Embarque	Desembarque	Proprietário	Embarcados	Desembarcados
1837	Patacho União Feliz*2	Portugal / Brasil		Mangaratiba			
1837	Bergantim Leão*2	Portugal / Brasil	Quelimane	Marambaia		855	572
1839	B. D. João de Castro	Portugal / Brasil	Moçambique	Marambaia	Antonio Brás dos Reis	490	444
1839	B. D. João de Castro	Portugal / Brasil	Moçambique	Marambaia		497	450
1839	Brigue Resolução	Portugal / Brasil	Quelimane	Marambaia		465	421
1850	Iate Jovem Maria	Brasil		Marambaia	Vitor Manoel Paneto	354	291
1850	Edelmando		Ibo	Marambaia	Francisco da C. Ramos	683	559
1851				Marambaia			199
1851	Patacho Atividade			Marambaia			455
1851	Brigue Destro	Brasil		Rio de Janeiro	Joaquim Breves	657	457
1852	Brigue Camargo	U.S.A	Quelimane	Bracuhy		550	540
Total						4551	4388

Desembarque de africanos nas propriedades dos Souza Breves - Fonte: Thiago Campos.

Francisco Ruviroza y Urzellas foi um dos maiores agenciadores do tráfico negreiro. O espanhol foi expulso do Brasil em 1853 quando movimentava o negócio negreiro em 3 continentes. Traficava africanos para o Brasil e Cuba. Em 1850 o navio Esmeralda de propriedade de Ruviroza desembarcou em Mangaratiba, região de domínio dos Breves, 500 africanos. Em Cabinda havia embarcado 556 cativos com destino ao Brasil.

Em setembro de 1853, o brigue Maria Izabel, de propriedade de Joaquim Breves, era suspeito de trazer da costa leste uma porção de africanos que seriam desembarcados no litoral sul do Rio de Janeiro. A polícia da Corte saiu em sua busca mas não encontrou a embarcação. O desembarque foi realizado provavelmente na altura da Marambaia.

Em 10 anos, no período de 1865 a 1875, morreram nas propriedades de Joaquim Breves, cerca de 329 escravos de diversas nações: Macua, Marave, Bui, Luisaman, Moanje, Angola, África, Mina, Rebôllo, Monjolo, Cassanje, Inhambane, Nação, Cabinda, Moçambique, Congo e Benguela.

Os africanos - ligações familiares e a interferência da família Breves

Os africanos que aportaram na chamada Costa Verde no período de 1830 a 1860, trazidos pelos Breves, provenientes de diversas nações africanas, possuem um forte laço de parentesco. Com a chegada na Marambaia, Bracuí, ou mesmo desembarcando em ilhas próximas, todos eles passavam por um período de quarentena e recuperação nas estruturas montadas nessas fazendas.

Na Marambaia e Bracuí, o incentivo dos patrões, para as relações forçadas pelos escravos reprodutores, contribuiu para esta consanguinidade. Bastante comum, conforme observamos nos livros de registro das fazendas, é significativa a quantidade de filhos naturais, ou mesmo a filiação de esparsa de escravos com a mesma paternidade em "matrizes" femininas diferentes.

Outro fator que contribuiu para a endogamia é a mesma territorialidade, proveniente do enorme latifúndio de terras dos Breves, englobando a faixa costeira, a serra e até a Serra da Bocaina. Ou seja, os escravos circulavam e se

relacionavam num mesmo contexto de propriedade, e como dizem os historiadores, o Breves usava seu plantel como massa nômade, deslocando-o conformes suas necessidades de aumento de produção de café.

Portanto, escravos da Marambaia se casavam "oficialmente" ou quando o padre visitador chegava para confirmar a relação já existente, com escravos da Olaria, do Pinheiro, do Salto Pequeno, da Glória, do Piloto, fazendas pertencentes aos Breves, Moraes, Roxo e demais parentes, aumentando a consanguinidade e relações endogâmicas.

Tomemos como exemplo o da escrava Perciliana, matrícula 139 - 1422, mãe de Geralda, Leonarda, Rosa, Romão, Severino, Antônia, Adão, todos filhos naturais, de pai desconhecido. Provavelmente filhos de um escravo mais antigo, com incumbência reprodutivas.

Filhos de Perciliana com registro paterno encontramos: Adrião, filho de Emenelvino, e Isabel, filha de Platão.

Encontramos vários exemplos dessas primeiras escravas da Marambaia: Adelaide, mãe de Adriano, Boaventura, Lucas, Gliceria, Joana, Thereza, José, Seraphina e Joana. Apenas Gliceria, Joana, Seraphina e Joana possuem pai definido, Bartholomeu.

Escravos de matrícula mais antigas como Germano (53), Adão (14) e Artelino (31) tiveram muitos filhos na restinga. Seus filhos subiram a serra para o trabalho e lá se relacionaram com prováveis primos.

Na Santo Antônio da Olaria, em São João Marcos, já no final do século, encontramos Custodia, matrícula 6825, casada com Julio, matrícula 6824, ambos crioulos, com filhos: Maria, Damas e Crespiana. Um caso raro de ausência de filhos naturais e paternidade definida.

Outro relacionamento é o de Sabino, Buí, matrícula 6367, casado com Izabel, crioula, matrícula 6368, com filhos: João, Cecília, Maximiliano e Amazília, nascidos no período de 1874 a 1879

Portanto, é quase certo, afirmar que os afromarcossenses, descendentes de escravos, no mínimo possuem um mesmo tronco familiar comum.

O "Caso Bracuhy" – o enforcamento do capitão Nathaniel Gordon

O jornal "O Diário do Rio de Janeiro" em 11 de dezembro de 1852 noticiava o boato de um grande desembarque de africanos no litoral sul da província do Rio de Janeiro. Dizia o jornal que na mesma noite de chegada os africanos teriam subido a serra em direção aos cafezais.

Procedentes do Quelimane e da Ilha de Moçambique, 540 africanos desembarcaram do Brigue Camargo nas terras da fazenda de Santa Rita do Bracuhy de propriedade do comendador José de Souza Breves.

O brigue Camargo de bandeira norte-americana, segundo o relatório da polícia da Corte seguiu para o Cabo da Boa Esperança, Quelimane e Moçambique, equipado para o tráfico de negros na costa de Madagascar, retornando para o Quelimane, e aí ao sul de um rio, recebeu 530 a 540 africanos, seguindo para a Costa do Brasil, tendo morrido apenas 3 deles. No Bracuí os africanos eram esperados por canoas para levá-los para a terra.

O secretário de polícia da Corte, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos prendeu a tripulação e os marinheiros inquiridos apontaram o negociante português João Pedro da Costa Coimbra, proprietário do Brigue Camargo, como articulador do empreendimento.

George Brown, despachante do Brigue Camargo e de outros tumbeiros, também foi preso. Através de João Pedro Coimbra os Breves articulavam seus negócios com o tráfico de escravos. Os africanos foram distribuídos pelas fazendas de Bananal, Grataú, e dos Breves na serra fluminense. Joaquim Breves foi levado a júri na comarca de Angra dos Reis e depois absolvido; Manoel Vallim da fazenda Resgate em Bananal também foi absolvido.

No dia 21 de fevereiro de 1862 o capitão de navio Nathaniel Gordon foi enforcado nos Estados Unidos. O americano foi o único que sofreu a pena capital por participar do tráfico negreiro. Depois de desembarcar a carga de africanos em Bracuí, Gordon ateou fogo ao navio para evitar sua prisão, escapulindo do Brasil para os EUA vestindo roupas femininas.

O Juiz Shipman condenou o Capitão Gordon à morte por enforcamento. Foi solicitado um pedido de perdão ao presidente Abraham Lincoln que negou. Na véspera de sua execução, o Capitão Gordon tentou suicidar-se com estricnina mas não obteve resultado, sendo socorrido e mesmo fragilizado foi cumprida a pena. O Capitão Nathaniel Gordon foi enterrado em Portland, Maine.

O caso Marambaia – a invasão da polícia da Corte

Muitos desembarques ocorreram na Restinga da Marambaia em tumbeiros contratados pelo "rei do café" Joaquim Breves e seu irmão José, a partir da década de 1840. Os proprietários do brigue D. João de Castro, Antônio Brás dos Reis, Vitor Manoel Paneto efetuaram pelo menos 2 desembarques, com 450 cativos no primeiro, e 444 cativos no segundo.

Os brigues Jovem Maria e Edelmundo foram apreendidos na restinga em 1850 também desembarcaram a carga preciosa nas terras dos Breves.

Para fugir da perseguição da marinha inglesa e da polícia da Corte, Joaquim Breves desembarcou 457 africanos, de seu próprio tumbeiro - o brigue Destro - fora de sua propriedade receptora, o Pontal da Marambaia.

O caso mais comentado ocorreu no início de 1851 e rendeu longas trocas de acusações no Jornal do Comércio entre o chefe de polícia da Corte Bernardo Azambuja e Joaquim Breves. Joaquim contestava veementemente a acusação do ministro inglês, Sr. Hudson, de que as fazendas do complexo da Marambaia destinavam-se ao negócio negreiro. Dizia Joaquim em um dos artigos publicados:

“O Sr. ministro da Inglaterra talvez tenha ouvido dizer que na Marambaia se há desembarcado Africanos, o que é público, e eu não nego; mas também não pode ignorar que essa ilha tem mais de 20 leguas de praia e costa, onde, sem sciencia minha e de meus fâmulos, podem aportar embarcações, desembarcar gente e seguir seu destino (...), desde que por virtude da lei de 4 de setembro, e de algumas providencias dadas pelo governo de meu paiz a respeito da repressão do tráfico, conheci que havia vontade de acabar com ele, o que por honra do Brasil há mais tempo devera ter acontecido (...) considerando-me como um daqueles brasileiros que, sem embargo de lavrador e fazendeiro, muito deseja que de uma vez cesse na sua pátria o tráfico de Africanos para que se cumprão os seus tratados, o que por certo é de sua honra, embora com isso se aniquile a sua agricultura, contanto porém que haja da parte do governo sincera

vontade de o reprimir, para que o povo não sofra por causa dos contrabandistas".

A fazenda da Marambaia foi invadida e Breves culpava o chefe do polícia, que segundo ele, retirou e aprisionou escravos doentes que estavam na enfermaria, e que o desembarque ocorrera em local bastante longe de sua fazenda.

Modelo econômico - Uma empresa chamada café.

Nos anos de 1840 a 1860 a produção de café expandiu-se largamente pelo Vale Paraíba Fluminense. As colheitas foram vultosas e principalmente a província do Rio de Janeiro tornou-se a maior produtora e exportadora de café.

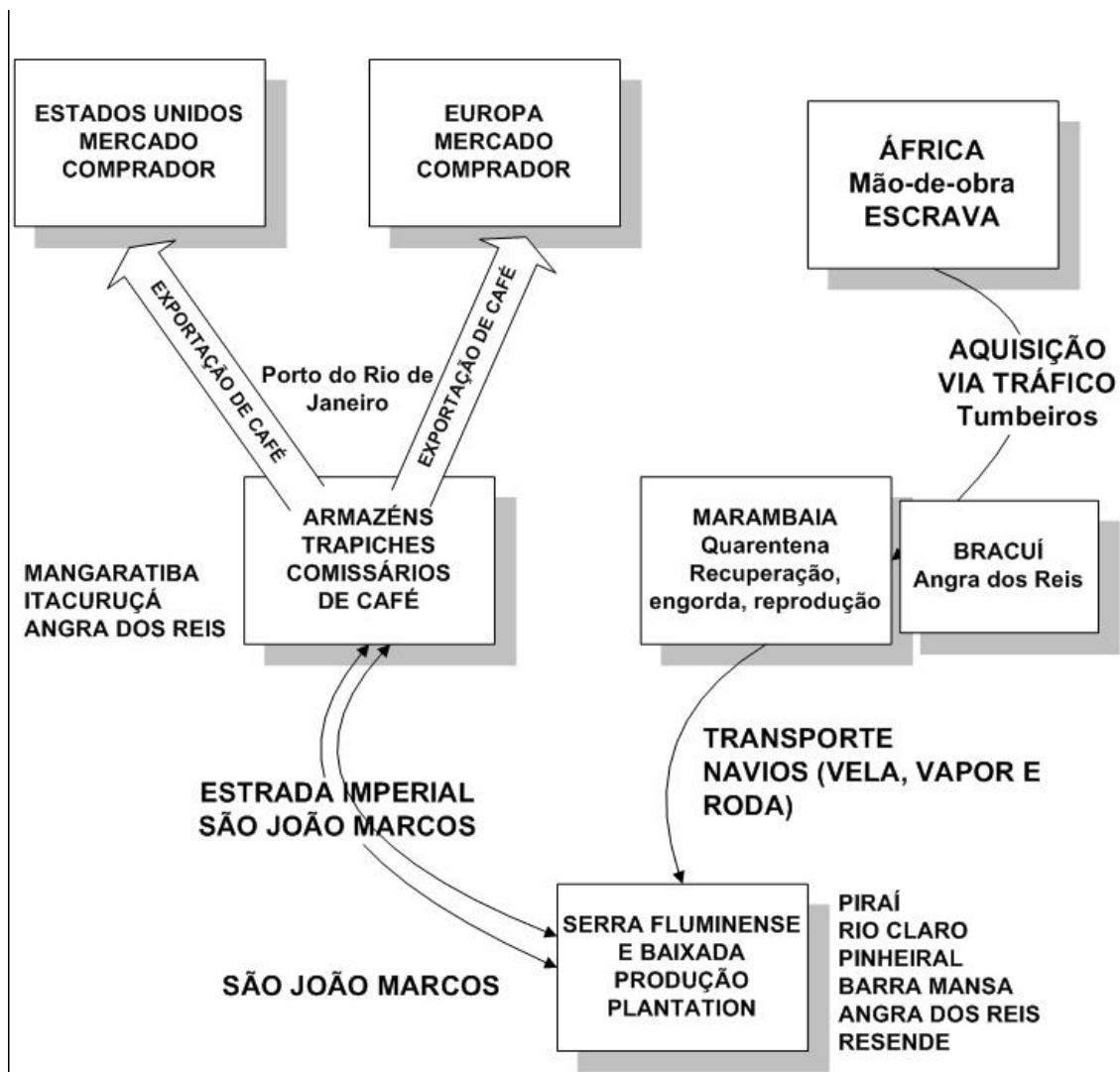
O maior produtor nesse período foi o comendador Joaquim José de Souza Breves, que produziu cerca de 360 mil arrobas em 1860 em propriedades que iam do mar de Mangaratiba às Minas Gerais no Piumbí. Cidades se formaram a partir das fazendas e “o vale era o café e o café era o vale no dizer” de Agassiz, viajante do século XIX na província do Rio de Janeiro.

Joaquim se especializou nesse comércio. A compra de terras e escravos duraram até o fim de seus dias, em 1889, quando alquebrado pela idade, pelo advento da Lei Áurea e queda violenta na produção, encerrou o ciclo cafeicultor na província.

O ciclo de produção se iniciava com a derrubada de matas, preparo do solo e plantio. Após a colheita, secagem e ensacamento, o produto descia a serra em direção aos portos de Bracuí, Mangaratiba, Itacuruçá, Rio de Janeiro e para o exterior.

Adquirir a mão de obra escrava não era tarefa das mais fáceis. Dinheiro, agenciadores junto aos exportadores na África e ilhas atlânticas que funcionavam como depósitos, contratar embarcações tumbeiras que trariam a carga, e desembarque no Brasil. Para isso, Joaquim Breves contava com algumas facilidades:

- o conhecimento de alguns agenciadores, como o comerciante John Ulrich e Francisco Ruviroza;
- o financiamento de algumas casas comissárias, que recepcionavam a carga nos portos;
- um local apropriado para desembarque, como o pontal da Marambaia, uma ponta avançada da restinga que avança pelo mar tranquilo da baía de Sepetiba e separa o mar grosso do Oceano Atlântico; Bracuí, em Angra dos Reis, também em baía mansa de águas tranquilas com diversas ilhas a volta, e acesso às terras da fazenda de seu irmão José Breves.
- O poderio econômico e político que possuía e que lhe davam respaldo para executar estas ações à revelia da Lei.



Modelo de empresa. Produção de café.

A produção de café da família Breves e seus parentes era muito expressiva. Somente nos distritos de São João Marcos e Passa Três chegava a 100 mil arrobas de grãos, que correspondia à metade da produção total de São João Marcos em 1860, cuja produção total representava 229 mil arrobas produzidas por 87 fazendeiros.

Produção de café. Família Souza Breves e aparentados. Vale do Paraíba, 1860.			
Fazendeiros	Produção em Arrobas	Distritos	Municípios
Comendador Joaquim Breves	60.000	São João Marcos	São João do Príncipe
	40.000	Passa-Três	São João do Príncipe
	90.000	São João Baptista do Arrozal	Piraí
	10.000	São Vicente Ferrer	Resende
Comendador José Breves	90.000	São João Baptista do Arrozal	Piraí

Barão do Pirai - José Gonçalves de Moraes	14.000	Passa-Três	São João do Príncipe
	10.000	São João Baptista do Arrozal	Pirai
Com. Joaquim José Gonçalves de Moraes	35.000	São João Baptista do Arrozal	Pirai
Com. Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo	14.000	Thomazes	Pirai
Com. Lucas Monteiro de Barros	22.000	São Sebastião	Barra Mansa
TOTAL	385.000		

Um bom exemplo de alta produção de café é o da Fazenda de Santo Antônio da Olaria, cujo casarão ficava na entrada da cidade de São João Marcos. Na sede e nos vários sítios que compunham a propriedade existiam em 1891, cerca de 432 mil pés plantados na abertura do inventário de Joaquim Breves.

INVENTÁRIO DO COMENDADOR JOAQUIM JOSÉ DE SOUZA BREVES - AUTOS DE AVALIAÇÃO				
FAZENDA SANTO ANTÔNIO DA OLARIA - São João Marcos, RJ.				
TERRAS		CAFÉ		
Sítios	Tipo	Em pés	Local	VALOR em mil réis
Sede	coco		Tulhas	350
Sede	plantado	40.000	Sede	8.000
Sede	plantado	6.000	Derrubada (João Castro)	1.200
Sítio do Rosário	plantado	10.000	Morro dos Poços	1.600
Sítio do Rosário	plantado	10.000	Laurindo	2.000
Sítio do Rosário	Mudas	5.000	Mudas	250
Sítio São Julião	plantado	12.000	Chico Carlos	1.820
Sítio São Julião	plantado	3.000	Ballo do angu	2.600
Sítio São Julião	plantado	18.000	Quental	2.880
Sítio São Julião	plantado	8.000	Gamma	800
Sítio São Julião	plantado	1.000	Morro	200
Sítio do Retirinho	plantado	9.000	Morro	1.440
Sítio do Retiro	plantado	30.000	lado de dentro da estrada	3.600
Sítio do Retiro	plantado	30.000	Morro	3.600
Sítio do Retiro	plantado	50.000	Cruz	10.000
Sítio do Retiro	plantado	200.000	na Cruz e no Brejo	24.000
.	.	432.000	.	64.340

Fazenda Santo Antônio da Olaria, São João Marcos, RJ Fonte: Inventário do Comendador Joaquim José de Souza Breves. 1891. Acervo Família Breves.

Produção de café na província do Rio de Janeiro em 1860		
Distritos	Produção em Arrobas	Fazendeiros
São João Marcos	229.900	87
Passa-Três	152.900	63
N. S. da Piedade	24.000	13

S. Antonio Capivari	9.000	16
São João Baptista do Arrozal	341.500	52
Sant'Anna do Pirai	80.000	29
São João Tomaz	100.000	25
N. S. do Rosário	79.200	20
São Joaquim	58.980	25
Espírito Santo	159.420	53
São Sebastião	313.800	76
Nossa Senhora do Amparo	148.900	40
N. S. da Conceição	70.000	29
São José Campo Belo	30.000	15
Sant'Anna dos Tocos	10.000	7
Santo Antonio Vargem Grande	20.000	15
São Vicente Ferrer em Resende	40.000	15
Total	1.867.600	580

Produção de café na província do Rio de Janeiro em 1860. Fonte: Almanak Laemmert. 1860

A decadência do café na Província do Rio de Janeiro. Pós-abolição e Modernidade

Com a abolição da escravatura e conseqüente sanção da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, a produção de café entrou em franco declínio na província do Rio de Janeiro. Livres, os escravos vagavam de fazenda em fazenda, ou pelas cidades, sem ocupação e objetivos.

Armando de Moraes Breves reproduz o diálogo preconceituoso e racista que explicita a exata dimensão de como pensavam os representantes da elite cafeicultora do Vale do Paraíba e do Brasil do século XIX. O conversa se dá entre dois comendadores, parentes entre si, Moraes e Breves, respectivamente o médico Francisco Gonçalves de Moraes e o deputado pelo Partido Liberal Joaquim Breves Filho, na fazenda do Salto em São João Marcos:

"Todos queriam ver a liteira. Chegara ao Salto Pequeno trazendo um homem idoso, de chapéu côco. Era meu avô Joaquim Breves, em visita a minha mãe [...] Ao voltar ao salão, esperava-o o dono da casa. A conversa começou com frases esgarçadas. Dois desconhecidos não fariam tanta cerimônia. Animou-os de repente, a lembrança da Princesa Isabel:

- Uma beata.
- Traiu a nação.
- O Paulino garantiu que a liberdade seria para depois da morte do Imperador. O velho comprou mais escravos e recebeu uma porção em pagamento das dívidas.
- Fomos tosquiados.
- A monarquia, também, parente.
- É verdade: Dom Pedro passou de rei de ouros a rei da paus.
- Quem ganhou foi a República.
- Quem mandou o 13 de maio chegar de supetão.
- Veio sem tir-te, nem guar-te.

- Se a escravidão era uma chaga, deviam curá-la com o remédio certo, dosado.

O avô Breves franziu a testa, alteou a voz:

- Remédio? O que fizeram, foi matar o boi, para acabar com a bicheira!

- Nem, ao menos, trataram do enterro: a carniça alastrou-se por aí, coberta de varejeira.

- O Paulino tinha razão: o Brasil ficou empestado pelo cadáver da escravidão.

- Foi um profeta.

- Os burocratas acabaram com o resto: são uns parasitas.

- E os imigrantes não passam de sanguessugas: transformaram o trabalho em dinheiro, para mandá-lo para sua terra.

- O Franco de Sá quer que eu venda o leite para pagar os chacais. Mas os Breves nunca venderam, nem pechincharam: sempre deram.

O avô Moraes levantou-se:

- Que leve tudo a bréca, parente: mas não devemos vender nada; nem o leite, nem o gado, nem as terras.

Deu os passos do costume, voltou ao mesmo lugar:

- Acabaram com a gente, mas os negros não ganharam. Andam até hoje pelas estradas, de barriga vazia, barraca na mão. A alforria que arranjaram, foi para matar o bicho sem apanhar chuva.

- Calçaram botinas e os pés incharam. Não cortaram o couro para tirá-las, apanharam gangrena.

- Deixaram a senzala para morrer ao ar livre.

- O governo devia embarcá-los de volta para a África: que adianta o escravo sem a escravidão?

- Isso mesmo, parente: para que serve a bosta, se acabaram com o uso do esterco?"

O diplomata e político Joaquim Nabuco publicou um alerta sobre a escravidão em abril de 1863 em Londres.

"O Brasil, como é sabido, é um dos mais vastos países do globo, tendo uma área de mais de oito milhões de quilômetros quadrados; mas esse território em grandíssima parte nunca explorado, e, na sua porção conhecida, acha-se esparsamente povoado. A população nacional é calculada entre dez e doze milhões; não há porém base séria para se a computar, a não ser que se acredite nas listas de recenseamento apuradas em 1876, listas e apuração que espantariam a qualquer principiante de estatística. Sejam, porém, dez ou doze milhões, essa população na sua maior parte descende de escravos, e por isso a escravidão atua sobre ela como herança do berço".

A situação dos negros recém-alforriados pela Lei Áurea foi de extrema indignidade. Logo após a publicação da lei, os negros vagavam pelas fazendas, atônitos, e a produção de café na província do Rio de Janeiro caiu próximo do zero. Para exemplificar a situação do negro na antiga província do Rio de Janeiro, o preconceito e as dificuldades vivenciadas no pós-Abolição, recorreremos ao maior proprietário rural e produtor de café do país, que fez publicar no Jornal do Comércio (Itaguaí, 20 de junho de 1888), três cartas de seu

administrador da Fazenda da Floresta em Itaguaí, RJ, sobre as dificuldades de relacionamento com os ex-cativos.

Reclamava o administrador do prejuízo: "a fazenda tem os milhos para quebrar, 40 alqueires de feijão sofrível para arrancar e que não se pode adiar a colheita ... vejo que até o café colhido será difícil acabar de secar para socar: os pretos querem já impor os serviços que hão de fazer, a hora e tudo mais que entendem".

Nas cartas seguintes, o administrador esclarecia que os ex-escravos aparentemente teriam concordado em permanecer sob um sistema de parceria no trabalho do campo, mas, em função disso, consideravam-se senhores da administração de seu tempo de trabalho. Por mais que o administrador se esforçasse, durante todo o mês de junho não conseguiu retornar o controle da organização do trabalho. Os libertos agiam como se ele não existisse, decididos a controlar sem supervisão os serviços da colheita, da qual, pelo sistema de parceria a eito, haviam se tornado sócios.

Buscando manter o controle sobre o ritmo de trabalho, o administrador tentara, desde aumentar a ração de carne nas refeições, matando bois para agradá-los, até despedir os mais insubordinados, que, entretanto, simplesmente se recusavam a deixar a fazenda. No final de junho, o comendador Breves decide expulsá-los a todos, com a ajuda de seus inúmeros agregados livres. Mas também essa tentativa fracassa.

Na década de 1830 o café era responsável por 18% do total das exportações de produtos no Brasil. Quarenta anos depois, em 1870, a produção cafeeira se multiplicou pelo Vale do Paraíba e passou a responder por 50% da exportação. Cerca de 5 milhões de sacas foram colhidas correspondendo a metade da produção mundial. Entre 1891 e 1900 a exportação 75 milhões de sacas de café rendeu quase 5 milhões de contos de réis, enquanto na década seguinte houve queda substancial de valores recebidos, para uma quantidade maior de café vendido.

Com a proibição do tráfico e a Abolição o estado do Rio de Janeiro viu sua produção diminuir consideravelmente. Os preços desabaram. Terras esgotadas pela monocultura, cidades esvaziadas e ruína dos barões do café. A partir de 1870, saindo de Resende, as plantações avançam pelo solo rico, roxo e fértil do planalto paulista, com o emprego de máquinas, e mão de obra imigrante. Até 1895, São Paulo assume a hegemonia da produção cafeeira no Brasil.

Vida Cotidiana e Cultura

Ao passear pelas ruínas e São João Marcos, no Parque de mesmo nome, podemos imaginar como seria a vida cotidiana da cidade que desapareceu. Em 1927, o escritor Agripino Grieco, Luiz de Souza Breves, o engenheiro Crosato e o menino Donatelo estiveram na cidade. Seu registro é esclarecedor da situação da cidade abandonada:

"Chegamos, enfim, a São João Marcos. Recebe-nos com um sorriso amável engatilhado para nós, um dos filhos da cidade, rábula, jornalista e memorialista da região. Vamos logo ao único botequim local, que por sinal, dispõe também de um bilhar e de um cinema hebdomadário, com o cavalo de Tom Mix e as pernas tortas de Richard Talmadge".

Uma extensa matéria publicada na Revista da Semana em 1933, alertava que "o passado anda a errar sobre a Cidade Morta, como uma sombra agoureira".

Para quem chegava de Passa Três, a primeira vista era a do cemitério velho, cemitério dos pobres. Na Revolução de 1930, nomes antigos das ruas foram substituídos. Quem sabe, uma maneira de renovar e manter a cidade ainda de pé. Em 1933, a antiga Rua da Palha, depois Comendador Rocha, recebeu o nome de Coronel Jorge Soares e a Rua da Cadeia recebe o nome de Americano Freire e depois Sebastião Lacerda, homenageando o avô do político Carlos Lacerda. Uma sucessão de mudanças, de acordo com a vontade dos políticos da época, que sonhavam com a manutenção da cidade colonial que fora próspera no passado.

Cidade com uma igreja matriz de arquitetura suntuosa dedicada ao santo padroeiro São João Marcos; uma igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário, dedicada a São Benedito, os cemitérios da Irmandade e o da Caridade para os pobres, um teatro, o "Tibiriçá", mais os clubes "Marquense" e o "Prazer das Morenas".

Berço de Joaquim Breves, Pereira Passos, Fagundes Varela e do jurista Ataulfo de Paiva, no início do século XIX, a cidade ainda era próspera e fervilhava nos dias de festa do padroeiro São João Marcos e Nossa Senhora do Rosário. Quermesses, brincadeiras, jogos, e a banda de música Euterpe a tocar pela praça da Matriz. Armando de Moraes Breves, ainda menino, recorda em sua obra "O reino da Marambaia" sua primeira visita ao leilão na praça:

Fiquei admirado das maneiras do Manecão - homem de voz grossa, sempre encapotado, nosso vizinho:

- Quanto vale esta almofada feita pela menina Acácia?
- Dois mil réis"
- Três mil réis"
- É pouco, disse ele.
- Quanto vale o garrafão de pinga?
- Dez tostões!

A banda de música de São João Marcos chamava-se Euterpe. Nos dias de festa passava pelas ruas atapetadas de folhagens, bandeirinhas de papel, palmas e galhardetes nos potes dos lampiões. Luiz Correa, Ananíbio, Mundinho, Leopoldo Palmeira, Ventura, Joaquim Porto, Pedro Dias, Baylão, Pipí e Oswaldo Rego eram integrantes da banda. Domingos das Neves, um dos poucos negros da banda, tocava bombardino. O maestro era Juca Mau.

O Teatro Tibiriçá recebeu uma companhia de Mangaratiba. Todos gostaram do moço que recitou:

*"Ó minha Carabú
dou-te meu coração
És a minha paixão
Para mim, só tu,
Ó minha Carabú*

As grandes fazendas ao redor da cidade, como Santo Antônio da Olaria e São Joaquim da Gramma, dos Breves, Sant'Ana, dos Portugal, Salto Pequeno de Joaquim Moraes, e tantas outras, realizavam grandes festas, reuniões, recebendo políticos e viajantes estrangeiros.

No século XX, na década de 1930, a pacata cidade de São João Marcos, era notícia do jornal "A Noite", de 28 de fevereiro de 1930, por conta do Carnaval na serra: o Carnaval em São João Marcos seria animado, animadíssimos os folguedos, devendo fazer sucesso o grupo "Filhos da Fuzarca" que cantará músicas oportunas do maestro Reynaldo Loureiro.

O Diário de Notícias dizia que "o pitoresco município esta na fase de intenso progresso, cuidando com afinco dos esportes... o prefeito Oswaldo Rego, sem se descuidar do asseio da cidade ... está auxiliando na construção do campo de futebol do Marcossense Futebol Club, fundado por um grupo de rapazes apreciadores do sport bretão.

Os integrantes que ganharam do time de Passa Três por 2 x1, foram: J. Julio, Souza Primeiro, Souza Segundo, Eneas, Oswaldinho e Pedro, Carpanzano, Costa, Joãozinho e Athanalpo. José Rocha e Anibal Costa, o Bororó se esforçaram muito no preparo do campo.

Em 1936, O Centro Excursionista Brasileiro visitava a cidade, saindo o grupo do Rio de Janeiro em trens da Central do Brasil até Mangaratiba, e subindo a serra em autos até São João Marcos. Foram recebidos com muita festa pelas autoridades municipais e foram batidas inúmeras chapas e filmados vários aspectos da excursão.

Alguns anos passados São João Marcos feneceu com o alagamento da represa da Light, pondo fim ao sonho de seus habitantes em continuar a viver em local tão aprazível.

Linhas hereditárias, casamentos, batismos e óbitos

Nas antigas fazendas de café do século XIX, no vale do Paraíba Fluminense, a vida cotidiana era registrada pelos párocos das capelas e igrejas da região. Nascimentos, óbitos, batismos e casamentos, de escravos, livres, proprietários de terras, religiosos e autoridades, eram anotados pelos vigários, cônegos e religiosos que prestavam assistência aos templos de fé.

Em 1850, com o advento da Lei de Terras, as paróquias desempenharam também esse papel notarial: os fazendeiros, posseiros e proprietários da região, entregaram aos religiosos suas promissórias, anotações, registros, escrituras e promessas de compra e venda, para fazer valer seus direitos. A consulta desses registros nos permite conhecer o passado e encontrar um rico material para pesquisa, análise e reflexão de como viviam as pessoas daquela época.

Diversos fazendeiros e em especial o comendador Joaquim José de Souza Breves, maior proprietário de terras e escravaria numerosa, mantinha rigidamente o registro de seus "pertences", cuidando para que essas anotações, realizadas em suas fazendas não se perdessem. Tinha assim, a possibilidade de controlar seu plantel de escravos através das matrículas, cujo registro era obrigatório, para a manutenção permanente de seu poderio quase feudal.

Outro rico fazendeiro, o barão de Lourical, Francisco de Assis Monteiro Breves, era solteiro e sem herdeiros forçados. Agindo como um cavalheiro, reconheceu a paternidade de diversos filhos com suas escravas. Proprietário de

fazendas em Mar de Espanha, MG, e na província do Rio, elaborou seu testamento em 1894, registrando o relacionamento com suas escravas e reconhecendo a paternidade de determinados filhos delas. Alegou:

“Que por fraqueza humana teve com suas ex-escravas ..., diversos filhos, os quais existem e são os de nomes ..., os quais ele testador os reconhece como seus filhos como se fossem de legítimo matrimônio e os institui seus universais herdeiros.

O comendador Joaquim José Gonçalves de Moraes era filho dos barões de Pirai. Em 1886, na abertura de seu inventário, foram avaliadas 22 fazendas em Arrozal, Barra do Pirai, São José do Turvo, Pirai, Mar de Espanha em Minas, São José de Além Paraíba e no município de São João do Príncipe. Foram avaliados também 1.250 escravos. Um homem riquíssimo para o seu tempo.

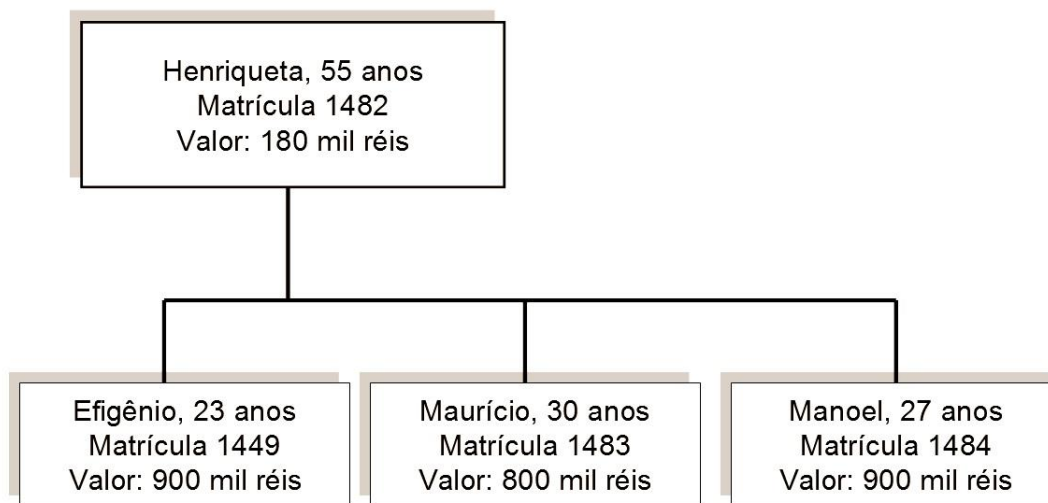
Suas fazendas, nos distritos de São João Marcos e Passa Três que naquela ocasião pertenciam a São João do Príncipe, eram: Fazenda do Salto Pequeno, São Salvador, Lapa, Piloto, Mato Dentro e Pedra Branca.

Relacionamos alguns escravos de seu plantel pertencentes a fazenda do Salto Pequeno:

ESCRAVO	COR	IDADE	ESTADO CIVIL	FILIAÇÃO	OFÍCIO	VALOR	MATRÍCULA
Efigênio	pardo	23	solteiro	Henriqueta	lavoura	900 mil réis	1449
Gregoria	preta	19	solteira	Carolina	lavoura	675 mil réis	1450
Apolinário	preta	25	solteiro	Laurinda	lavoura	900 mil réis	1451
Felix	preta	19	solteiro	Laurinda	lavoura	900 mil réis	1452
Domingas	preta	20	solteira	Felicidade	lavoura	675 mil réis	1453
Amancia	preta	17	solteira	Josepha	lavoura	675 mil réis	1454
Lina	preta	25	casada	desconhecida	lavoura	150 mil réis	1455
Jacinto	preta	27	solteiro	falecidos	lavoura	900 mil réis	1456
Calistro	preta	39	solteiro	desconhecida	lavoura	800 mil réis	1457
Quirino	preta	27	solteiro	desconhecida	lavoura	200 mil réis	1458
Galdino	preta	45	solteiro	desconhecida	lavoura	600 mil réis	1459
Jacinto	preta	57	solteiro	desconhecida	lavoura	200 mil réis	1460
Honório	preta	57	solteiro	desconhecida	lavoura	200 mil réis	1461
Leocadio	preta	57	solteiro	desconhecida	lavoura	200 mil réis	1462
José	preta	35	solteiro	pais falecidos	lavoura	800 mil réis	1463
Benedicto	preta	45	solteiro	pais falecidos	lavoura	600 mil réis	1464
Leandro	preta	35	solteiro	pais falecidos	lavoura	800 mil réis	1465
Anselmo	preta	40	solteiro	desconhecida	lavoura	600 mil réis	1466
Feliciano	preta	33	solteiro	desconhecida	lavoura	800 mil réis	1467
Bernardino	preta	45	solteiro	pais falecidos	lavoura	600 mil réis	1468
Irineu	preta	29	solteiro	pais falecidos	lavoura	900 mil réis	1469
Juliana	preta	50	solteira	pais falecidos	lavoura	300 mil réis	1460
Maria	preta	45	solteira	desconhecida	lavoura	400 mil réis	1461
Laurinda	preta	30	solteira	pais falecidos	lavoura	600 mil réis	1462
Joana	preta	35	solteira	pais falecidos	lavoura	600 mil réis	1473
Preciosa	preta	40	solteira	pais falecidos	lavoura	450 mil réis	1474
Magdalena	preta	41	solteira	pais falecidos	lavoura	450 mil réis	1475
Vicente	preta	31	solteiro	Joana	lavoura	800 mil réis	1480
Henriqueta	preta	55	solteira	pais falecidos	lavoura	150 mil réis	1482
Maurício	preta	30	solteiro	Henriqueta	lavoura	800 mil réis	1483
Luiza	preta	33	solteira	Joana	lavoura	600 mil réis	1479
Manoel	preta	27	solteiro	Henriqueta	lavoura	900 mil réis	1484
Anna	preta	25	solteira	Carolina	lavoura	675 mil réis	1486

Desta pequena relação de escravos pode-se extrair um gráfico genealógico de uma família escrava sob o cativo. Trata-se de Henriqueta, escrava do comendador Moraes, residente em São João Marcos, que tinha 55 anos e valia 180 mil réis. Foi mãe de Efigênio, Maurício e Manoel, escravos como ela.

Família escrava – fazenda Salto Pequeno
Comendador Joaquim José Gonçalves de Moraes



*Inventário do comendador Joaquim José Gonçalves de Moraes. Pirai, 17 de novembro de 1886.
Arquivo Municipal de Pirai, RJ.*

Pelos valores da tabela de escravos podemos inferir que escravos jovens valiam muito e a medida que envelheciam o valor diminuía consideravelmente. Na ordem de valores, o escravo valia mais que as terras, casas e plantações. Se tivesse uma profissão, o valor do escravo passava de conto de réis.

Em Mangaratiba, segundo Emil de Castro, escritor, existe o registro tivemos o caso amoroso do padre Antônio Correa de Carvalho, cavalheiro da Ordem da Rosa, Delegado de Polícia, Juiz Municipal, Vereador e Presidente da Câmara Municipal, portanto o primeiro governante da Vila de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, que “teve tratos ilícitos com sua escrava Cecília, tendo uma filha de nome Tomásia e um filho chamado Júlio”, aliás, Júlio Correa de Carvalho, que se tornou um brilhante advogado. Eles foram reconhecidos pelo padre “Correa” por Escritura de Perfilhação lavrada no ano de 1843, no Livro de Notas, ainda existente no Cartório do 1º Ofício, de Rubem Cabral. Consta da escritura que o fato se deu “por motivos de fragilidade humana”.

As profissões exercidas pelos escravos em São João Marcos

Em São José do Pinheiro, propriedade do comendador José Breves, relacionamos 13 costureiras, 9 carpinteiros e 9 carreiros, 9 mucamas, 8 músicos da banda da fazenda, 3 ferreiros e 3 alfaiates. Os demais exerciam outras profissões, e a grande maioria trabalha na plantação, cultivando, colhendo, tratando e ensacando café.

Escravos jovens com profissões de grande valor para a casa grande valiam muito. Tinham a confiança dos patrões e faziam o câmbio social na

propriedade, transmitindo recados, levando encomendas para a cidade, trabalhando nas tarefas domésticas ou acompanhando os senhores.

RELAÇÃO DE CATIVOS E PROFISSÕES FAZENDA SÃO JOSÉ DO PINHEIRO - Comendador José Breves			
Profissão	Quant. de Cativos	Profissão	Quant. de Cativos
Alfaiate	3	Formigueiro	1
Cafezeira	1	Hortelão	1
Candieiro	1	Mucama	9
Carpinteiro	9	Músico	8
Carreiro	9	Padeiro	1
Cavaqueiro	1	Pagem	6
Copeiro (a)	2	Parteira	1
Costureira	13	Pedreiro	7
Cozinheiro	2	Sapateiro	1
Dispenseira	1	Tanoeiro	1
Enfermeiro (a)	2	Tropeiro	2
Falquejador	2	Valeiro	2
Ferreiro	3	Não citados	187

As fazendas eram como pequenas cidades. Na Grama viviam cerca de 2 mil pessoas, com cerca de 70 % de escravos, capatazes, feitores, administradores, possuindo, máquinas para secagem do grão, hospital, enfermaria, senzalas, tulhas e armazéns, depósito e paiós para produtos como o milho, engenho para produção de garapa e cachaça, currais para o gado, etc. A atividade era febril e a fazenda funcionava como uma empresa onde o lucro final desaguava nos bolsos de Joaquim Breves.

Na Olaria em São João Marcos, fazenda mais moderna, temos o relato de Ascendino Dantas:

O palácio se compõe de dois andares, construído de pedra e cal, com madeiras escolhidas, e tiradas das matas da própria fazenda. Contem o andar térreo 10 janelas de frente, 2 portas e 1 portão, que dá entrada para o pátio de pedra lavrada; 6 quartos, e sala de jantar, 3 salas menores para recepções, corredores, 1 sala para serviço de copa e dispensa, 6 janelas, 4 portas e portão pelo lado dos fundos...

O andar superior contem 7 portas de sacada e 8 janelas de frente, com 10 janelas para os fundos; 6 janelas de lado; 10 quartos, 4 grandes salas, 2 corredores, 1 sala para capela, com 16 portas internas que dão entrada para os salões, 2 escadarias envernizadas, uma saindo do pátio de pedra, e outra da entrada pelo saguão interno, e ainda um portão para entrada geral. Grande cozinha com 2 quartos de 2 portas e 5 janelas, e uma dependência que servia de enfermaria e farmácia; salão no socavão da l." escada para outros misteres. Das casarias existentes até 1910, como senzalas, armazéns, depósitos, paióis, casa de tropa, ferraria, carpintaria e engenhos... Essa fazenda conforme estatística de 1906 possui 1. 303

alqueires de terras, em mata, capoeiras e lavouras, e regada, de vários riachos que tomam no seu curso varias denominações. Do lado interno da fazenda existia uma grande praça macadamizada, que servia de terreiro para café e outros cereais, onde se fazia a seleção dos mesmos circundado também, de uma fita ou trançado de taquara. O Engenho de açúcar, deixou de funcionar, para dar lugar aos aparelhos de destilação de aguardente. O maquinismo de café, um dos maiores do município funcionou até 1898.

No Salto Pequeno, fazenda dos Moraes em São João Marcos, a lembrança dos pretos velhos que Armando de Moraes Breves, autor de O Reino da Marambaia, é peculiar:

"Tio Teodoro, fula de barbicha, era o carapina.

Falava aos arrancos, cuspidando a baba do cachimbo.

Com o martelo, a enxó, o formão fazia jóias de madeira: barcos, trólis, carros de cabrito.

O tratamento dado aos ex-cativos em 1907 era familiar: Tios Firmino, Estanislau, Polidoro, Estevão, Jacó, Apolinário, Custódio, Nicolau, Quirino, Atanásio, Eunápio e as Tias, Cantalina que morreu centenária em São João Marcos e foi sua ama de leite, Maria Goma, Miguelina, Pulquéria, Bela, Marta, Rosa, Anastácia, Bonifácia e tantas outras que viveram em São João Marcos e Passa Três, deixando gerações de filhos, netos e bisnetos.

Religião original e derivação do catolicismo

A religião do Brasil predominante era a católica, apostólica romana. Seguida obrigatoriamente por todos, convivia com o paradoxo da imposição escravocrata e a fé em Deus. Muitos padres, bispos e religiosos possuíam escravos e deles se valiam para se movimentar nas liteiras, no serviço de casa, nas pequenas plantações, e na venda de produtos na rua.

Ricos proprietários como os Breves, para aplacar suas consciências na hora da morte, através de testamentos, ou por conta de esposas "carolas" e "beatas", exageravam nessa passagem.

O comendador Joaquim Breves quando morreu deixou em testamento suas últimas vontades, em 30 de abril de 1887:

... recomendo que seja vestido com roupa preta de meu uso para ser sepultado em uma das catacumbas do templo que estou mandando construir e que o caixão em que for encerrado seja na maior simplicidade, sem galão algum, nem de prata, nem de ouro, e quando muito de lã preta, forrado si for necessário apenas de baêta, sendo conduzido meu corpo ao último jazigo por seis pobres, aos quais meu testamenteiro dará a esmola que lhe parecer.

... que se evite a cerimônia da missa de sétimo dia porque a considero como ser uma ocasião pungente de dores mortais, ou como cena de afetação que dá lugar a comentários impróprios de uma ocasião tão lúgubre e melancólica.

Simplicidade demasiada para quem foi tão rico, poderoso e temido. Anteriormente, em 31 de agosto de 1842, Dona Maria Pimenta de Almeida Souza Breves, esposa do Capitão-mór José de Souza Breves, mãe de Joaquim, tomou também providências em seu testamento: que se diga por sua alma, quatro capelas de missas; que se diga pelas almas de seus finados escravos uma capela de missa; que seu testamenteiro repartirá com os pobres desta freguesia a quantia de quatrocentos mil réis; que deixa a quantia de quatrocentos mil réis para o casamento de duas órfãs que seu testamenteiro escolherá; que deixava forra por sua morte as suas escravas Luiza Crioula e Caetana Crioula pelos bons serviços que lhe tem prestado.

O velho comendador José Breves, proprietário da fazenda do Pinheiro, em seu testamento de 8 de julho de 1870 também exagerou na reconciliação com Deus, libertando todos seus escravos, deixando para seu sustento, terras, pensões, dinheiro e ilhas em Angra dos Reis e mandou celebrar 175 missas para seus parentes e escravos falecidos e uma pequena fortuna em esmolas para os pobres e órfãos que comparecessem ao seu velório.

Outra, foi Dona Cecília Breves de Moraes Costa, casada com um dos filhos do rei do café. Sofreu muito em vida, e viu seu patrimônio ser dilapidado por um dos filhos. Recomendou que no dia de seu velório, seu corpo deveria ser vestido com com uma camisola de algodão mais simples; embrulhado numa esteira de palha e colocado numa rede; que fosse transportado por seus escravos de confiança e depositado em túmulo de cova rasa no cemitério de Pirai; que não plantassem flores, somente grama. E assim foi cumprida sua vontade final.

Vida em sociedade. Casos de Herança, Casamentos inter-raciais e não casamentos, filhos bastardos.

No Brasil os escravos se casavam em rito próprio, que não era válido e desaprovado pela Igreja, ou se casavam pelas leis vigentes – Ordenações do Reino – legislação portuguesa. O rito que chamamos de próprio, se dava num banco de tapinoã, no qual se sentavam os nubentes e ali, os padrinhos, o senhor ou o feitor abençoavam a união após dizer algumas palavras. O efeito era simbólico.

A Igreja condenava esta união e a tratava como concubinato. Nas fazendas que não tinham pároco, e eram a grande maioria, o padre visitador demorava-se para aparecer. Quando chegava, providenciava os casamentos religiosos seguindo o rito tridentino. O proprietário fazia o devido registro nos livros contábeis, indicando a união, padrinhos, matrículas e fazendas que os nubentes pertenciam. Deixar escapar o controle dessas uniões não era concebido pela sociedade escravista, principalmente pelo alto valor da mão de obra.

Não era incomum o casamento entre livres e escravos e inúmeros fazendeiros viviam em concubinato com suas escravas.

Um bom exemplo é o do barão de Louriçal, Francisco de Assis Monteiro Breves, era solteiro e sem herdeiros forçados. Agindo como um cavalheiro, reconheceu a paternidade de diversos filhos com suas escravas. Proprietário de fazendas em Mar de Espanha, MG, e na província do Rio, elaborou seu

testamento em 1894, registrando o relacionamento com suas escravas e reconhecendo a paternidade de determinados filhos delas. Alegou:

“Que por fraqueza humana teve com suas ex-escravas ..., diversos filhos, os quais existem e são os de nomes ..., os quais ele testador os reconhece como seus filhos como se fossem de legítimo matrimônio e os institui seus universais herdeiros.

A Igreja buscou uma solução para os casamentos de escravos no Brasil, deixando em segundo plano a legislação Filipina portuguesa.

Em São João Marcos, a população africana pertencia na sua maioria de negros trazidos pelos Breves e Moraes. Com a aquisição da Marambaia em 1856 formou-se um grande núcleo de africanos provindos da costa da África. As uniões aconteciam entre primos e parentes, e era incentivada pelos proprietários a procriação, a partir de uma “matriz” – africano e africana – com características que os senhores julgavam mais eficiente para a produção de café.

Legado africano em terras brasileiras - A influência africana na religião

Os negros trazidos para o Brasil eram obrigados a seguir a religião católica. Um verniz, segundo alguns, pois a religião africana de origem se manifestava de todas as formas, quer no culto original ou no sincretismo que adotava os santos católicos tendo como pano de fundo a entidade africana.

A perseguição policial era intensa e os cultos reprimidos com violência e morte. Uma forma de fugir à fiscalização do Estado foi a criação de Irmandades, à exemplo dos brancos: Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São Benedito, São Cosme e Damião, et. Muitas igrejas foram construídas com o dinheiro de negros escravos, alforriados e livres, para se adequarem à nova ordem.

Culinária - comida de escravo e influência no padrão alimentar brasileiro

A cozinha da casa grande foi onde aconteceu a grande influência dos sabores africanos ao paladar brasileiro. Local de encontro das negras cozinheiras que incorporavam o seu paladar ao prato que era servido ao senhor. Na sociedade patriarcal o tempero africano quebrou a atitude machista e conservadora dos patrões e sinhás.

Os famosos tabuleiros de negras escravas quitandeiras exalavam aromas e curiosidade para os transeuntes - doces, salgados e produtos variados que faziam as delícias dos trópicos: pastéis, mel, pães, frutas, fumo, pingas, cocadas, e quitutes diversos.

A beleza das africanas vestidas em roupagens coloridas, cobertas de colares de contas, panos da África e saias rendilhadas influenciavam os olhares e conseqüentemente atribuíam ao produto vendido uma característica especial.

Na plantação, ao som do chicote de feitores portugueses endiabrados, a hora do rancho, dependendo da riqueza do proprietário, a alimentação era de péssima qualidade: feijão bichado e arroz que os escravos incorporavam banana, farinha de mandioca e o famigerado fubá transformado em angú.

Uma quadrinha mineira registra este momento:

Comida de negro brabo

*Quatro laranjas num gaio
Uma cuia de farinha
Cinco ponta de vergaio*

Carne era pouca e toucinho era fornecido para incrementar o feijão. O escravo que possuía roça conseguia uma alimentação melhor: alguma hortaliça e fruta roubada do pé. Palmitos tirados da mata eram cozidos e temperados e quando a sorte sorria, na "mesa" escrava aparecia uma caça: preás e pacas.

Na Marambaia, os escravos recém chegados recebiam uma alimentação mais forte, com direito a carne, farinha, banana, coco, mandioca, açúcar, fumo e pinga. Escravos que visitavam a fazenda ficavam surpresos com a "boa" dieta e as roupas novas dos escravos. Ledo engano! Bastava subir para as fazendas do altiplano que a comida variava.

Do sofrimento e castigo da vida escrava, das diversas etnias que vieram para o Brasil, aos poucos, a culinária africana, adaptada aos produtos brasileiros se incorpora definitivamente em nosso cardápio. Na senzala, os caldos extraídos de carnes eram misturados com farinhas de mandioca e milho e então, temos o caruru, vatapá, acarajé. Peixes eram salgados, deixados ao sol em cima da tapera para secar e comidos com abóbora. Jiló, quiabo, inhame, assado ou cozido eram muito utilizados. Pirão e papas eram os minguaús feitos de mandioca e milho.

Precisamos compreender que os africanos era caçadores natos. A caça de grandes animais na África, além de alimentar, demonstrava um rito de passagem para jovens e glorificava o grande caçador junto a tribo. Aqui no Brasil, terra de animais muito menores, a caça teve que ser substituída por outros animais: capivaras, cobras, cutias, jacarés, lagartos, preás, porco do mato, tatus, tartaruga; insetos também faziam parte da dieta africana: besouro, cupim, formiga, gafanhoto, tanajura, tapuru.

Comidas variadas surgiram e nos permitem apreciá-las em nossos dias: abará, acaçá, acarajé, canjica, mocotó, pamonha, vatapá, mungunzá, canjica, pamonha e cuscuz, que os africanos já conheciam em sua terra natal.

Língua Portuguesa - os africanos amaciaram o linguajar português.

Um velho ditado no Brasil Colônia dizia: "diante de um ladino, melhor ficar calado". Ladinos eram escravos que falavam um português rudimentar e serviam de elo entre a casa grande, a senzala e o eito. No interior das casas dos senhores executavam trabalhos domésticos e nas senzalas e no cafezal, por vezes, assumiam a condição de capitães-do-mato temidos pelos demais negros, que viam nessas figuras a dualidade: negro-escravo e posto de comando a serviço do proprietário. Foram muito úteis na comunicação com os chamados "escravos novos" ou "escravos boçais" recém chegados da África. Também foram chamados de "língua" e foram muito usados no desembarque de escravos, na Marambaia e portos da costa fluminense.

Outra figura central na disseminação da língua, uso e costumes foram nossas mães pretas, mucamas e criadas de quarto, que adocicaram a boca dos filhos dos senhores com comidas e cantigas de ninar. Se a criança não comesse era assustada com os tutús e bois da cara preta.

Nosso dicionário, hoje está repleto de palavras de origem africana, especialmente da etnia bantu. Abadá, caçamba, cachaça, cachimbo, caçula,

candango, canga, capanga, carimbo, caxumba, cochilar, corcunda, denço, fubá, gíbi, gogó, macaco, maconha, macumba, marimbondo, miçanga, mocotó, moleque, muamba, samba, quitanda, quitute, tanga, xingar, banguela, babaca, bunda, cafofo, cafundó, cambada, muquirana e muvuca são exemplos da miscigenação de etnias africanas que vieram para o Brasil.

O caçula, filho mais jovem de uma família, é uma palavra africana - o denço da casa - fruto das inúmeras origens de povos africanos traficados para o Brasil da África Ocidental: Gana, Togo, Benin, Nigéria; e da África Banto: Gabão, Congo, Angola e Moçambique.

Música e Dança - do Jongo ao Maculelê

A grande maioria dos escravos traficados para o Brasil pertencem a família etnolinguística dos bantos. Angolas, congos, cambindas, benguelas e moçambiques povoaram o Rio de Janeiro e principalmente a região de São João Marcos na serra fluminense do Vale do Paraíba.

Difundiram seus ritmos, danças e cantos, nos terreiros de café e nas senzalas. A noite e nos raros dias livres, comemorativos de santos, a fogueira era acesa e à sua volta dançavam e cantavam, batendo os tambores de madeira e couro de cabrito, rememorando sua África natal e o cotidiano sofrido da plantação.

Os africanos influenciaram fortemente a cultura nacional. Da capoeira surgiu o maculelê, uma espécie de dança que simula uma luta tribal em que os componentes usam bastões de madeiras ou facões que possui característica indígenas também. Dizem alguns estudiosos que o frevo do Recife é oriundo da capoeira e maculelê. Na região Norte, Nordeste e Sudeste temos a ocorrência do bumba meu boi ou boi bumbá, que incorpora lendas folclóricas africanas, européias e indígenas sobre a morte e ressurreição de um boi. A festa do bumba meu boi adquire feições e nomes diferenciados nas diversas regiões do Brasil e normalmente acontece durante as festas juninas, associando também um caráter religioso. Os capixabas chamam a alegoria de boi de reis; os pernambucanos de boi-calemba e em Santa Catarina de boi mamão. Outra forte influência africana acontece no maracatu, que é um cortejo de nações que homenageiam os Reis do Congo.

O samba é a mais conhecida e divulgada influência africana na música popular brasileira. Nascido na Bahia, o primeiro samba gravado foi Pelo telefone, de autoria de Donga e Mauro de Almeida, em 1917. O samba baiano se propagou vertiginosamente no espaço carioca, principalmente nos morros do centro do Rio de Janeiro. Das rodas de partido alto aos desfiles nas ruas no Carnaval, ganhou as ruas e se consolidou com ritmo, influenciando a MPB e gerando inúmeras derivações: samba-canção, o samba-de-breque, o samba-enredo. Alcançou a elite carioca como base para a Bossa Nova.

O jongo

Jongo é oriundo do quimbundo, língua dos bantos de Angola. É uma dança de roda em volta de uma fogueira, com o cantar cifrado que impedia que capatazes e senhores tivessem a compreensão do que era dito. Também foi uma forma de expressar seus sentimentos de tristeza e alegria quando comemoravam uma data especial.

Os jongueiros de Pinheiral, descendentes de escravos da fazenda de São José do Pinheiro do comendador José Breves, usam dois tambores, um maior e grave (caxambú) que faz o solo e um agudo, menor (candongueiro), que acompanha. No corpo do tambor maior, uma percussionista mulher bate com uma vara mantendo o ritmo. Fatinha, Fátima e suas irmãs, com seu grupo prossegue com a tradição da União Jongueira de Pinheiral, com mais de 150 anos, perpetuando assim, os trabalhos de Tia Dinda, Mestre Benedito e Zé Biúna, da comunidade do Morro do Cruzeiro em Pinheiral, RJ. Elas abrem os trabalhos cantando:

“Vou saravá terra que eu pisô
vou saravá terra que eu pisô
tô com Deus Nossa senhora
Ô li lê lê Ô lê lê
Ô li lê lê lêêêê.”

Os pontos de jongo são variados. Os cantos são de abertura ou licença para início da roda de jongo; louvação - para saudar o local, o dono da casa ou um antepassado jongueiro; visaria - para alegrar a roda e divertir a comunidade; demanda, porfia ou “gurumenta” - para a briga, quando um jongueiro desafia seu rival a demonstrar sua sabedoria; encante - quando um jongueiro desejava enfeitiçar o outro pelo ponto; encerramento ou despedida - cantado ao amanhecer para saudar a chegada do dia e encerrar a festa.

“Ô lavadeira ô lavadeira
o que fez com a minha camisa
foi rolando foi rolando
foi parar no Paraiba
Ô li lê lê Ô lê lê
Ô li lê lê lêêêê.”

“Eu não me caso porque eu tenho medo
já vi homem casado
apanhá de manhã cedo
Ô li lê lê Ô lê lê
Ô li lê lê lêêêê.”

“Bombeiro da bomba
mi dá agua prá beber
qui a sede mi tomba
Ô li lê lê Ô lê lê
Ô li lê lê lêêêê.”

“Eu não bebo mais cachaça
Nem o cheiro eu quero ver
Mas depois que tá no copo
Não posso deixar perder
Ô li lê lê Ô lê lê
Ô li lê lê lêêêê.”

Para interromper o canto ou trocar de verso, os mestres jongueiros usam a palavra “Machado! ou Cachuêra”.

Um dos pontos de jongo mais poéticos é o cantado no quilombo de São José da Serra, na Serra da Beleza, em Valença, RJ. Descendentes de escravos da antiga fazenda dos Oliveira Roxo, barões da Vargem Alegre. Acesa a fogueira a procissão se dirige para fazer a roda de jongo, com a matriarca da comunidade benzendo a todos e cantando:

Sinhô da pedreira
Benze essa fogueira
A lenha da fogueira
prá durar a noite inteira

Ah! Eu fui na mata
panhá a lenha
eu passei na cachoeira
molhei a mão

Ah! Eu fui na mata
panhá a lenha
eu passei na cachoeira
molhei a mão

Sinhô da pedreira
Benze essa fogueira
A lenha da fogueira
prá durar a noite inteira.

Afoxé

O Afoxé, palavra de origem iorubá, pode ser chamado também de candomblé de rua. O ritmo ijexá é fornecido ao cortejo por três instrumentos: a cabaça (agbê ou afoxé) coberta por uma rede que ao roçar com a casca da fruta seca dá o som; o atabaque, com tamanhos variados; o agogô que produz o som metalizado e dá o ritmo.

Incorporando elementos religiosos de orientação do candomblé, permitindo a fusão de religiões sem preconceito, e promovendo a paz e sua difusão, o afoxé saiu dos terreiros baianos e ganhou as ruas no Carnaval em 1949, levando o axé - energia positiva, liderados por Vavá Madeira junto com seus amigos estivadores baianos, Gaiolão, Mica, Bigode de Arraia, Baé, Tristeza, Cara Feia, que resolveram homenagear o líder Mahatma Gandhi assassinado em janeiro de 1948. Foi um sucesso.

Ao cortejo foram inseridos alguns símbolos: uma cabra, o elefante e o camelo, respectivamente o símbolo da vida, da força e da resistência da “Grande Alma”, como era chamado Ghandi. Em janeiro de 1951, a temporada carnavalesca que se abria no Rio de Janeiro estava sob as regras da polícia carioca. O general Lima Câmara, chefe de polícia, regulava as atividades dos foliões proibindo diversas práticas: lanças perfumes, explosão de bombas, foguetes e venda de bebidas alcoólicas para menores em bailes infantis. O

general proibia a saída de blocos de sujos, fantasias com alusões às roupas militares e religiosas, cânticos e gestos ofensivos à moral e decoro público. O carioca nunca se intimidou com regras impostas à sua maior festa popular. A falta de dinheiro fez com que os primeiros foliões pedissem os lençóis para as prostitutas para confeccionar as fantasias.

Em 1951, estivadores do cais do Porto do Rio de Janeiro, vindos de Salvador, resolvem desfilar no próximo carnaval, a versão carioca do Filhos de Ghandi. Aquele simples lençol branco recortado na parte superior e costurado nas laterais foi a grande sensação do carnaval carioca no ano seguinte. Um turbante que podia ser uma toalha de banho dobrada e alinhavada, finalizada por um broche e complementada por um par de sandálias, colares azuis e brancos que reverenciam os orixás Oxalá e Ogum, finalizavam o traje do Afoxé Filhos de Ghandy, perfumados por alfazema.

Dizem que são mais de 6 mil adeptos - descendo a ladeira ou avenida, baiana ou carioca -, desfilam os Filhos de Ghandi levando sua mensagem de Paz. A cantora Clara Nunes, saudava com entusiasmo o afoxé:

Filhos de Gandhi, badauê
Ylê ayiê, malê debalê, otum obá...
Filhas de Gandhi
Ê povo grande
Ojuladê, katendê, babá obá

Capoeira

Oriunda do sul de Angola, na África, a capoeira inicialmente foi um rito de iniciação de jovens à vida adulta. Ao som de atabaques, desde o século XVII, jovens africanos ganhavam um prêmio se conseguissem colocar o pé no rosto do adversário. A palavra capoeira é dúvida para alguns estudiosos: pode significar o mato rasteiro, muito comum no Brasil ou o cesto que os escravos usavam para carregar alimentos. De Benguela na costa africana para o Brasil, o jogo da capoeira se difundiu entre os escravos. Viajantes estrangeiros como Johan Moritz Rugendas (1835) e Debret registram em pinturas e aquarelas a "Danse de la Guerre".

A dança ou jogo da capoeira é de uma plástica de grande beleza. Golpes, movimentos rápidos, rodas, saltos e principalmente o respeito aos adversários e o momento certo de sair da roda. O acompanhamento musical se dá pelo ritmo marcado de atabaques e berimbau.

No Rio de Janeiro do século XVIII e XIX o jogo da capoeira e os cultos africanos eram combatidos com truculência pela força policial. Prisões e açoites ocorriam a todo momento.

O jornal Opinião Liberal de 11 de junho de 1869 noticiava que no dia 9, por volta das 8 horas da noite, aconteceu um encontro entre praças do 5o. Batalhão da Guarda Nacional aquartelados no Campo da Aclamação, e uma malta de capoeiras. Travou-se então uma intensa luta entre os capoeiras e soldados. Muita gritaria, transeuntes correndo tomados de terror e portas que se fechavam. Segundo o jornal os desordeiros promoveram uma "cena selvagem". A luta continuou pelas ruas de São Pedro e Conceição. Reforços chegaram e conseguiram prender os baderneiros: oito capoeiras e dois praças envolvidos na

briga. Três horas após o incidente os praças foram libertos e os capoeiras permaneceram presos.

O Opinião Liberal lamentava o triste episódio e sugeria que havia falta de energia das autoridades, pois o "bando de capoeiras" espalhavam susto na população e deixavam quase sempre algumas cabeças quebradas e algum pacífico transeunte esfaqueado.

Em 1932, Mestre Bimba funda a primeira academia de capoeira do Brasil em Salvador, e em 1940, a capoeira deixa a marginalidade saindo do Código Penal e entrando definitivamente na legalidade.

Referências bibliográficas:

BRAGATTO, Sandra. Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy. Memória e Identidade na Luta pela Terra. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1996.

BREVES, Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves Beiler. História do Café no Brasil Imperial. BREVESCAFE - <<http://brevescafe.net>>.

BREVES, Armando de Moraes. O Reino da Marambaia. Rio Gráfica Olímpica Editora, Ltda. Rio de Janeiro, 1966.

BREVES, Reynato Frazão de Souza. A Saga dos Breves: sua família, genealogia, histórias e tradições. Ed. Valença. 1995.

INVENTÁRIO DO COMENDADOR JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA BREVES. Acervo Aloysio Clemente Breves. Arquivo Municipal de Piraí. 1891.

INVENTÁRIO DO COMENDADOR JOAQUIM JOSÉ DE SOUZA BREVES. Acervo Aloysio Clemente Breves. Arquivo Municipal de Piraí. 1891.

INVENTÁRIO DO COMENDADOR JOAQUIM JOSÉ GONÇALVES DE MORAES. Acervo Arquivo Municipal de Piraí. 1886.

LABHOI, Laboratório de História Oral e Imagem. Projeto Memórias do Cativoiro. Departamento de História da UFF. 2003, 2005.

LAEMMERT, Almanak. Brazilian Government Documents. (1844-1889). Center of Research Libraries. <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a serra. Editora IBGE. Biblioteca Geográfica Brasileira, série A, publ. 8. Rio de Janeiro. 1963.

LIVRO DE NASCIMENTOS, Óbitos, Batismos e casamentos de todas as fazendas do comendador Joaquim José de Souza Breves: o "Rei do Café". Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Sant'Ana, Piraí, RJ.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e Escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves. UFF, Niterói, 2010.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Maria LUGÃO. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.